



## AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA (PA)

### **Rosiane Morais Peixoto**

Licenciada em Letras (UFPA). Mestra em Educação e Cultura (UFPA).

*Professora da rede municipal de Ensino de Abaetetuba (PA), rosianepeixoto1@hotmail.com*

### **Marcos Marques Formigosa**

Licenciado em Matemática (UFPA). Mestre em Educação em Ciências e Matemáticas (UFPA). Doutorando em Ensino (Univates)

*Professor da Universidade Federal do Pará, mformigosa@ufpa.br*

### **Mara Rita Duarte de Oliveira**

Licenciada em Pedagogia (UEPA). Mestra em Agriculturas Familiares (UFPA).

Doutora em Educação (UFC).

*Professora da Universidade Federal do Pará, mrdoma@ufpa.br*

### **RESUMO**

O presente trabalho tem o objetivo de fomentar a discussão sobre as formas de participação nos desdobramentos da construção do Plano Municipal de Educação – PME, do município de Abaetetuba - PA, com o foco na discussão que abrange a participação dos movimentos sociais do campo, no seu protagonismo de propor ações significativas para as transformações necessárias no meio em que cada sujeito social do campo está inserido, considerando os seus saberes e as suas contribuições para o desenvolvimento de políticas capazes de dar soluções às dificuldades que abranjam estas populações. E este processo mobiliza a autonomia para participar, ao envolver a comunicação entre o pesquisador e o objeto de estudo, alicerçando nossas reflexões sobre participação. A metodologia engendrou-se na pesquisa participante, que organizou os métodos de dados por meio de entrevistas, análise documental e levantamento bibliográfico. Desta forma, compreendeu-se que a participação dos Movimentos sociais do campo, na construção PME se deu de forma ativa e política que muito contribuíram para as ações educacionais no município.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais – Participação – Educação.

### **1 - Introdução**

A participação dos movimentos sociais na construção do PME reafirma que a política pública deve ser construída na coletividade, assegurando a participação social na edificação das políticas educacionais, em especial a que designa a Educação do Campo, categoria entendida como um Movimento Social. Esta produção tem o objetivo de fomentar a discussão sobre as formas de participação na construção do Plano Municipal de Educação – PME, do município de Abaetetuba – PA

### **2 – OS MODELOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

O modelo de participação social tem influências nas formas de organização política dos movimentos. A participação ativa refere-se a uma forma de intervenção na sociedade. “Essa participação na esfera pública é construída, de um lado, de forma ativa



e crítica, via autorreflexão; e, de outro, como uma concessão de direitos e de conhecimentos” (OLIVEIRA, 2010, p. 66).

Destacamos a preocupação com a questão da participação por compreendermos que “a participação tem sua gênese nos processos de potencializar a igualdade social, de acordo com uma filosofia sócio-política, visando a mudança na sociedade” (PENTEADO, 1991, p. 40). Ao entendermos a participação a partir dessa matriz teórica, compreendemos a participação da sociedade, como um viés do processo de democracia no espaço público. Desta forma, ao longo da pesquisa, articulamos o aspecto da participação social nas dimensões burocráticas e pedagógicas da construção do PME. O ato de participar é fundamental para promover os processos de construções sociais, pautado na perspectiva de transformar ou mudar o que ainda necessita de desenvolvimento, avanços ou melhorias. É promover uma vivência social igualitária, justa e de progressão. Que emerge a possibilidade de tomadas de decisão ao assegurar a possibilidade do cidadão opinar sobre as decisões acerca dos rumos da sociedade, em discussões sobre assuntos que se caracterizam como em comum.

### 3 – METODOLOGIA

Analisar os desdobramentos do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba nos permitiu entender a participação dos movimentos sociais no lugar público, pois este processo envolveu várias entidades, mais especificamente a grande contribuição dos Movimentos Sociais do campo. Desta forma, utilizamos como metodologia a pesquisa participante, que não se trata apenas de aplicação de técnicas e métodos de pesquisa convencionais, mas mergulha no contexto investigado. Nessa proposta é necessário, como afirma Freire (apud SILVA, 1981), estabelecer uma relação dialética entre teoria e prática, e conhecer a realidade a partir da superação da dicotomia entre sujeito e objeto. Brandão afirma que:

Durante anos pretendemos que boa parte de uma metodologia científica adequada serve para proteger o sujeito de si mesmo, de sua própria pessoa, ou seja: de sua subjetividade. Que entre quem pesquisa e quem é pesquisado não existe senão uma proximidade policiada pelo método (o sujeito dissolvido em ciência) e o objeto (o outro sujeito dissolvido em dado). “Fora do domínio de qualquer interesse que não o da própria ciência, tudo se resolve com boa teoria no princípio, uma objetividade no meio e uma rigorosa articulação com os dados no final” (BRANDÃO, 1981, p. 7).

Retomemos a reflexão de Brandão (1981) como uma reafirmação do princípio emancipador da pesquisa. A pesquisa deve se constituir em um diálogo permanente.



Logo, o que proponho é dialogar com a realidade investigada, numa tentativa de compreendê-la com mais clareza.

#### **4 – PARTICIPAÇÃO ATIVA E PARTICIPAÇÃO OUTORGADA**

Na Participação Ativa, estaremos elucidando nossas reflexões acerca de algumas discussões que fomentaram o PME, logo notamos a importância deste modelo de participação, e assim, refletir sobre a importância da participação dos representantes dos movimentos sociais do campo para o desenvolvimento das políticas educacionais no território. Para Maria Célia Paoli (1992), apesar de todas as dificuldades de participação, os movimentos sociais têm conseguido garantir que o público seja efetivamente público, incluindo aí a participação plural como prática e discurso fundado no significado dos direitos sociais para as camadas populares.

Geralmente, a participação social não se dissocia das ações voluntárias para o exercício das atividades na vida sócio comunitária. O abarcamento em ações que possam promover eventos, as reuniões comunitárias, escolares, clubes, sindicatos, fórum, associações, movimentos sociais, entre outros, podem ser exemplos de participação de um indivíduo em seu meio social. E, neste contexto, as ações solidárias possuem grande relevância para uma participação produtiva e permanente. Aqueles que participam de uma comunidade solidária, sentem-se iguais frente aos valores de um determinado sistema de interesses (PENTEADO, 1991).

É notório que suas atividades coletivas possibilitem constantes melhorias no desenvolvimento social, mesmo sem remuneração, e ainda a assiduidade atrelada ao intenso trabalho que estas ações voluntárias estabelecem, caracterizadas na prestação de serviços de um determinado sujeito social, que se doa e objetiva satisfazer o bem comum. Entendendo seu direito à participar e atuar nos processos de construção política, como um sujeito político e de intervenções.

O decreto nº 8.243, que institui o Programa de Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, objetiva criar uma proximidade e compartilhamento com a sociedade civil sobre as decisões de programas e políticas públicas, no que diz respeito à Política Nacional de Participação Social. A partir da Constituição Federal de 1988 se estabeleceu várias estruturas e formas de participação social no Brasil, através de ouvidorias, conselhos, audiências, conferências, processos de participação no ciclo de planejamento e orçamento público, consultas públicas, mesas de



diálogo e negociação, e outros processos participativos, que consideram a presença de representantes da sociedade civil<sup>1</sup>.

Observa-se a importância em fortalecer a consolidação de espaços de diálogo e controle social, que tenham a capacidade de auxiliar o cidadão em assegurar as relações efetivas e participativas com as esferas governamentais.

Assim, vale especificar a crescente forma de participação enunciada nas redes sociais, mais especificamente, a mostra da opinião pública nos mecanismos digitais de participação via internet. Esta é uma possibilidade de interagir com as mais diversas e distantes demandas sociais, propiciando o diálogo por meio de uma ação mais ampla e acessiva. Percebe-se que o Brasil fica à frente na agenda internacional de participação social, conferindo o protagonismo aos novos movimentos sociais em rede, ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza as formas tradicionais de participação e os movimentos sociais históricos. No entanto, é importante atentar à estas novas formas de participação, considerando o fato de ela ser propícia em designar um modelo outorgado de participação. Geralmente, estes fatos políticos são notórios no cenário social do território brasileiro, e nesse contexto histórico da atualidade, a exemplo de postagens que ridicularizam, oprimem e desrespeitam cidadãos em público. É preocupante a frequente e ampla participação outorgada, divulgada comumente nas redes sociais, atribuindo uma costumeira e insensata aceitabilidade de opiniões sem fundamentos e desprovida de reflexões filosóficas e intelecto por parte dos que, a todo custo, querem convencer em razão de suas conveniências, ou até mesmo pela falta de senso crítico, expressada por meio da massa nas exacerbantes ações midiáticas. Contrapondo estas formas, ressaltamos que todas as formas de participação devem ser ativas e conscientes.

A participação ativa dos Movimentos Sociais, evidencia sua relevância, nesse contexto o representante do SINTEPP faz suas reflexões a respeito:

A construção do PME é uma necessidade entendeu? Acredito que era importante que os movimentos estivessem presentes desde a origem desta

---

<sup>1</sup> Na expansão exacerbada que se estabelece na atualidade e com os processos tecnológicos destacam-se as emergentes espécies de participação que hoje são muito eficazes e expressivas, onde podemos exemplificar neste contexto a participação digital. A participação digital tem a possibilidade de mostrar de maneira muito rápida e de ampla divulgação as divergentes formas de inquietações individuais e coletivas. São mobilizações e manifestações de sujeitos sociais que expressam a necessidade de assegurar o crescimento e a melhoria dos mecanismos de participação que já se estabelecem, além de planificar outros novos processos e progressivas formas de participação.



construção. Lá as pessoas estavam discutindo tudo que iria compor a vida do educador que é a questão da vida do profissional da educação, do próprio financiamento da educação para o município e de todas as políticas que são implementadas então os Movimentos Sociais não podiam ficar de fora! (Entrevistado ANDRADE, 2017).

É preciso retomar a participação social dos movimentos sociais do campo como um motor do processo democrático e educativo, reelaborando-se a participação ativa e democrática no interior da sociedade. O sujeito que participa tem a capacidade de transformar e de garantir a organização política para a conquista da igualdade e da democracia, retomando o espaço público como o espaço da participação “comum de todos os homens” (ARENDRT, 2004). É nessa perspectiva de participação, que pode contribuir o processo de construção coletiva de um projeto político-educacional, comprometido com a realidade sociocultural da região amazônica.

Já em relação a participação outorgada<sup>2</sup>, que é um modelo em que os sujeitos são despossuídos da sua capacidade de manifestar-se em defesa de seus direitos. Recebem certa autorização dos governantes para que possam se manifestar. “Outorgante” é um termo técnico jurídico que designa, num contrato ou em algum tipo de processo específico, qual parte ou pessoa concede, aprova ou concorda, ou seja, qual parte **outorga**. Outorgante é, então aquele que, em um contrato ou escritura, beneficia a outra parte, que é chamada de outorgado. Nesse sentido, as autoridades, políticos e grupos dominantes, autorizam a manifestação e a luta pelos direitos dos grupos sociais que lutam pelos grupos desprivilegiados. Em uma procuração, por exemplo, o outorgante será aquele que, através desse documento, concede poderes para que outra pessoa exerça uma função ou adquira algum direito ou benefício em seu nome. A pessoa para o qual esses poderes são concedidos é o outorgado. No caso do brasileiro, essa procuração se dá por meio do voto, pois a democracia representativa se configura pela representatividade. Deste modo, elege-se os representantes e eles representam os interesses das pessoas que votaram. Entretanto, os políticos, em sua maioria, são das classes dominantes, muito pouco representam as classes dos dominados. Assim, outorga é, portanto, sinônimo de concessão. Logo, o outorgante é sempre aquele que concede, que dá algum tipo de autorização ou permissão

---

<sup>2</sup> O significado aqui usado para outorgado é consentir. Dar, conceder, atribuir, imputar, autorizar. É um termo muito utilizado na linguagem forense, uma vez que quem passa uma procuração, é outorgante e quem recebe os poderes é outorgado. Ato de transmitir, conceder, consentir poderes a outrem, autorizando este a praticar certos atos e direitos.





a outro, e o outorgado é esse outro. E no caso de uma procuração, o outorgado passa a ser o procurador do outorgante.

## 5 - CONCLUSÃO

Concluimos que as discussões sobre as formas de participação dos Movimentos Sociais emitem a compreensão da participação política e outorgada, porém a primeira evidencia as ações significativas destes movimentos para as transformações necessárias no contexto educacional, considerando os seus saberes locais e suas contribuições para o desenvolvimento de políticas essenciais as populações do campo.

## 6. REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo Tavares. 10ª edição. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <http://ide.mec.gov.br/2014/>. Acesso em abril/2016.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>. Acesso em abril/2016.

OLIVEIRA, Mara Rita Duarte de. *A escola Rural da Vila da Paz um ensaio etnográfico*/Mara Rita Duarte de Oliveira. – Belém: UFPA- Centro Agropecuário/Embrapa Amazônia Oriental, 2003. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Mara Rita Duarte de. *As relações da parceria público –privada: a experiência do Campus Universitário de Marabá e a Companhia Vale*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. (Tese de Doutorado).

PAOLI, Maria Célia. *Empresa e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PAOLI, Maria Célia. *Movimentos Sociais, Cidadania e espaço Público: Perspectivas Brasileiras para os anos 90*. São Paulo: Revista Humanidade, Vol. 8, nº 4, 1991.

PENTEADO, Silvia Ângela Teixeira. *Participação na Universidade: Retrato em Preto e Branco*. São Paulo: Pioneira, 1991.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: planejando a próxima década. Abaetetuba, 2015.

- GT06 - POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL